



Nota de repúdio ao Primeiro- Damismo e ao Voluntariado.

O Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 9ª Região, vem a público repudiar a valorização do primeiro-damismo e do voluntariado, como modo de gestão das políticas sociais, adotadas pelos governos nas esferas municipais, estaduais e federal.

Posicionamo-nos neste documento pela desresponsabilização do Estado em detrimento da oferta qualificada, pública estatal, gratuita e laica das políticas públicas, e ao mesmo tempo ao reforço de estereótipos machistas a respeito do “papel da mulher na sociedade”.

Historicamente, as políticas sociais e principalmente a Política de Assistência Social, por parte do poder público, é um meio de reprodução da histórica ideologia conservadora que cotidianamente valoriza a compreensão de que a pobreza que atinge milhões de trabalhadores/as na sociedade brasileira deve ser tratada pelo binômio da benevolência e da criminalização. Tratando-se da Política de Assistência Social, geralmente a compreensão é orientada pelo moralismo, ou seja, a caridade e o favor aos mais empobrecidos e necessitados.

Nesse sentido, não é por acaso que tais práticas sejam desempenhadas por “figuras de exemplos”, ou seja, as primeiras-damas, mulheres casadas com prefeitos, governadores e presidentes da república, como é o caso recente de Marcela Temer, esposa do atual presidente da República, cuja imagem tem sido caracterizada como “bela recatada e do lar”. Essa imagem reforça estereótipos machistas e conservadores, que repudiamos veementemente, pois projeta a mulher para a vida pública, de maneira subalternizada e também, na esfera privada, a reduz como mera cuidadora do lar, inclusive negando-lhe direitos sociais e humanos. Nossa defesa é por uma sociedade em que a equidade dos direitos sociais e humanos sejam garantidos e efetivados independente de identidade de gênero, orientação sexual, etnia, geração e divisão de classe.

Marcela Temer não é a primeira mulher à frente da gestão da Política de Assistência Social. O denominado primeiro-damismo na sociedade brasileira inaugura-se no âmbito do governo federal com Darcy Vargas, mulher do presidente Getúlio Vargas, que esteve à frente da LBA – Legião Brasileira de Assistência. Seguindo os mesmos passos, nos deparamos com Ruth Cardoso, mulher de Fernando Henrique Cardoso, responsável pela concepção do Programa Comunidade Solidária. O primeiro-damismo, como modo de gestão das políticas sociais travestido de caridade, benevolência, favor,



voluntariado, isto é, exploração gratuita da força-de-trabalho, assume, na realidade imediata, uma aparência desinteressada, escamoteando suas reais intenções. Na realidade, é o retrato da ideologia ultraconservadora, reduzindo o trato com a pobreza e a questão social a uma compreensão moralista, psicologizante e criminal e, ao mesmo tempo, se tornando um meio de manutenção da política utilitarista do curral eleitoral, pois os supostos favorecidos pela prática da benevolência devem prostrar-se à eterna gratidão, ou seja, ao velho clientelismo, um dos modos clássicos de ser e de fazer política no Brasil.

Além disso, se considerarmos a abrangência dos serviços socioassistenciais inscritos sob a responsabilidade da Política de Assistência Social em território nacional, somente a caridade e o favor desempenhados pelas primeiras-damas obviamente não serão suficientes para responder as demandas de tais serviços.

Assim, o apelo às práticas voluntárias, isto é, que outros cidadãos assumam gratuitamente as responsabilidades do poder público, desresponsabilizando o Estado no atendimento às inúmeras demandas dos serviços, viabiliza a economia dos gastos públicos em relação às políticas sociais que acaba atendendo aos interesses dos governos em tempos de ajustes fiscais, mas concomitantemente fere os direitos da população trabalhadora que devido à crise econômica, está à mercê do desemprego, não contando com a ampliação e qualidade de serviços necessários para assegurar sua sobrevivência.

Historicamente a categoria formada por Assistentes Sociais coloca-se contrária a esse tipo de gestão e compreensão, pois nossa trajetória profissional inscrita na sociedade brasileira e localizada nos mais diversos âmbitos de atendimentos oferecidos pelas políticas socioassistenciais, nos permite afirmar através de fundamentos teórico-metodológico e ético-político que a forma adotada pelo atual governo federal é um retrocesso às conquistas realizadas através do SUAS – Sistema Único de Assistência Social- cuja compreensão é norteadada pela ampliação dos serviços, qualidade no atendimento exercício da cidadania.

Portanto, repudiamos a compreensão histórica de que a pobreza na sociedade brasileira é um problema moral ou criminal e que pode ser solucionada através de práticas travestidas de “bem” que acabam negando a cidadania. Não somos contrários à prática do bem, porém ela não cabe como mediação ao atendimento as demandas compelidas à Política de Assistência Social e, se assim ocorrem, tais práticas alienadamente acabam negando aquilo que desejam alcançar, pois legitimam a herança política cultural da sociedade brasileira, na qual transforma o poder público como um meio de ascensão para projetos pessoais.



Também repudiamos o uso dos atributos femininos para justificar o primeirismo, pois nós, assistentes sociais, categoria formada por homens e mulheres, no desempenho das nossas atividades laborativas nos fundamentamos na razão, um atributo exclusivamente humano que não deve ser substituído por nenhum outro atributo irracional.

Somos ainda contrários ao voluntariado, que visa substituir a operacionalização dos serviços socioassistenciais na medida em que inviabiliza a contratação de profissionais competentes para o desempenho de atividades laborativas remuneradas.

Por fim, corroboramos com a nota do CFESS (<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>), afirmando nossa posição contrária a qualquer forma de retrocesso aos direitos das classes trabalhadoras.

EM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA NÃO SE MEXE!

Gestão das lutas coletivas à emancipação.

2014-2017

Outubro de 2016